

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ANA CAROLINA XAVIER OLIVEIRA

A questão da educação financeira na Educação Básica Brasileira: análise sobre a
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Varginha–MG
2023

ANA CAROLINA XAVIER OLIVEIRA

A questão da educação financeira na Educação Básica Brasileira: análise sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Trabalho de conclusão do PIEPEX apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas. Orientador: Prof. Dr. Fernando Batista Pereira.

Varginha–MG
2023

RESUMO

Este trabalho analisa a educação financeira na Educação Básica no Brasil, especialmente com a reforma do Ensino Médio, com as novas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desde 2020, todas as escolas precisam ter a Educação Financeira como item obrigatório em sua grade curricular, o que trouxe à tona muitas discussões e mudanças na estrutura da Educação Básica. Tal abordagem se justifica em decorrência de dados que mostram que milhões de brasileiros têm o nome restrito por estar com dívidas em aberto e, por isso, o cidadão precisa dos conhecimentos da educação financeira para subsidiar suas decisões ao longo do ciclo de vida. Por isso, o objetivo desta pesquisa é analisar como a temática da educação financeira tem sido colocada em prática, tendo em vista a necessidade de transmitir conhecimento e conceitos básicos de economia e finanças, e entender qual a responsabilidade do indivíduo e contexto de implementação dessa política. Este propósito foi conseguido a partir da revisão bibliográfica com avaliação das pesquisas nacionais já realizadas sobre o tema, com principal referência o próprio documento oficial divulgado pelo Ministério da Educação. A pesquisa demonstrou que a reforma do ensino médio está em harmonia com os interesses do mercado: sucesso e desenvolvimento pessoal; e a pluralidade cultural e desigualdade de renda no país passam a ser quase que ignoradas, resultando em um processo que irá formar muitos “jovens protagonistas”, que irão variar de acordo com a renda e condição socioeconômica do aluno, tornando o acesso ao ensino superior cada vez mais difícil. A Educação financeira só é incluída especificamente na área da Matemática, contradizendo o pressuposto da transversalidade entre as áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Educação Financeira; Alfabetização Financeira; BNCC; ENEF.

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. OCDE, Educação Financeira, Alfabetização Financeira e Capacitação Financeira	7
3. Propósito do modelo ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira)	12
4. Novo Ensino Médio e BNCC	16
4.1 Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): como é abordada?	19
4.1.1 Ensino Fundamental	19
4.1.2 Ensino Médio	22
5. Análise crítica: abordagem convencional, conflito de interesse, protagonismo juvenil	24
6. Considerações finais	29
Referências	32

1. Introdução

Este trabalho analisa a educação financeira na Educação Básica no Brasil, especialmente com a reforma do Ensino Médio, com as novas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A abordagem se justifica em decorrência de dados da Serasa, em que o indicador de inadimplência aponta 69,43 milhões de brasileiros com o nome restrito por estar com dívidas em aberto e, por isso, o cidadão precisa dos conhecimentos da educação financeira para subsidiar suas decisões ao longo do ciclo de vida.

Segundo Pereira, Cavalcante, Crocco (2019) a educação financeira é entendida, dentro da abordagem econômica convencional, como uma ferramenta para conscientizar os indivíduos quanto à necessidade de expressarem um comportamento satisfatório de planejamento do orçamento e finanças domésticas. Da mesma forma, essas pessoas também irão saber diferenciar as despesas essenciais daquelas desnecessárias, de forma a avaliar os melhores gastos e ofertas de crédito, sem comprometer sua renda futura e possibilidade de endividamento. Contudo, nem sempre a abordagem convencional é suficiente para compreender o processo que permeia o comportamento financeiro e, conforme Pereira, Cavalcante, Crocco (2019) as justificativas para esse baixo desempenho seriam a amplitude do desafio da baixa alfabetização financeira da população e as limitações das iniciativas que têm sido feitas.

É importante ressaltar a contribuição do trabalho para a comunidade e como prática interdisciplinar de estudo, visto que foi pautado na compreensão de teorias que buscam entender o comportamento do consumidor, tanto na esfera da economia como também da pedagogia, a fim de compreender a efetividade dos currículos pedagógicos; além de trazer elementos da psicologia econômica. Usadas como componente curricular importante, os estudos da Matemática Financeira e, sobretudo, Economia Comportamental devem ser trabalhados de forma interdisciplinar para que as influências psíquicas possam ser percebidas pelos estudantes e cidadãos na tomada de decisões econômicas. Isso deve ser usado para auxiliar no desenvolvimento de uma atitude crítica em relação ao mundo, devido ao contato com pesquisas variadas sobre a temática.

O objetivo desta pesquisa é analisar como a temática da educação financeira tem sido colocada em prática, tendo em vista a necessidade de transmitir

conhecimento e conceitos básicos de economia e finanças, e entender qual a responsabilidade do indivíduo e contexto de implementação dessa política

O trabalho está dividido em cinco seções, com a introdução e as considerações finais. A segunda seção traz conceitos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre Educação Financeira, Alfabetização Financeira e Capacitação Financeira. A terceira seção, considerando que alguns conceitos possam não ser do domínio do leitor, irá apresentar a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a quarta seção o Novo Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trazendo uma explicação sobre cada um deles, sobretudo para se identificar o que já foi realizado, e os seus objetivos. A seção seguinte traz uma crítica à abordagem convencional, o conceito de conflito de interesses e protagonismo juvenil.

2. OCDE, Educação Financeira, Alfabetização Financeira e Capacitação Financeira

Inicialmente, é preciso definir conceitos para posteriormente julgar como vem sendo cumprida a expectativa sobre o desafio da realização da educação financeira no Brasil. Dessa forma, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um fórum único onde os governos trabalham juntos para abordar questões econômicas, sociais e desafios ambientais da globalização, amparando os governos a responder a novos desenvolvimentos e preocupações, como por exemplo, o envelhecimento da população. Assim, os governos podem comparar experiências políticas, identificar problemas e coordenar políticas domésticas e internacionais. (OCDE, 2020). A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é composta por 35 países, dedicada aos avanços de vários temas, como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais, possibilitando a troca de experiências e coordenação de políticas em áreas diversas da atuação governamental. O Brasil não faz parte da organização, e o MEC mantém parceria com a OCDE para a promoção de políticas públicas voltadas à melhoria da educação.

Portanto, o debate sobre educação financeira no país foi diretamente influenciado pela OECD que, desde o início do século, vem defendendo a importância desse tema, não apenas dentre os 35 países membros, mas também para os aderentes, em um grupo muito mais amplo, de 140 países desenvolvidos e em desenvolvimento, que compõem a International Network on Financial Education (OECD/INFE), criada em 2008, da qual o Brasil faz parte por meio do Banco Central do Brasil (BCB) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em resumo, o programa de Educação Financeira da OCDE é para uma rede de mais de 140 países. Segundo o Ministério da Educação (2018), o principal órgão educacional da OCDE é o Comitê de Políticas Educacionais (Education Policy Committee), criado em 2007 com o objetivo de organizar todas as atividades correspondentes a essa área. O objetivo é auxiliar os países-membros e parceiros a promover uma educação de qualidade e duradoura. Assim, promover políticas que estimulem e incentivem o bem-estar socioeconômico da população no mundo todo é o intuito dessa organização.

A recomendação do conselho da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (2005) orienta os países membros que ofereçam

educação e conscientização financeira, convidando-os a propagarem princípios e boas práticas estabelecidos no anexo da Recomendação, entre as instituições públicas e privadas. Ainda, para adentrar nessa discussão, são anexados Princípios e Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira que define, primeiramente, o conceito de educação financeira:

A educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem estar financeiro. Educação financeira, portanto, vai além do fornecimento de informações e aconselhamento financeiro, o que deve ser regulado, como geralmente já é o caso, especialmente para a proteção de clientes financeiros (por exemplo, consumidores em relações contratuais) (OECD, 2005, tradução própria).

O segundo princípio estabelece que “essa construção de capacidade financeira, baseada em informação e instrução financeira adequada, deve ser promovida”, e deve ser ofertada de forma “justa e imparcial” (OECD, 2005). Ainda é importante referenciar o sexto e sétimo princípios, que apontam o papel das instituições financeiras e demonstra a necessidade de compreender o público alvo dos programas que visam a educação financeira. Já os tópicos de Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira são divididos em A, B, C e D, que resumidamente orientam:

A. Ação pública para a educação financeira: basicamente, essa ação consiste no estímulo de campanhas nacionais para informar a população sobre a necessidade de reconhecer os riscos financeiros e se proteger, além de frisar que isso deve ter início na escola, incluindo a educação financeira em programas estatais de bem-estar social. (OECD, 2005)

B. O papel das instituições financeiras na educação financeira: aborda sobre a importância da distinção entre educação financeira, informação financeira e orientação financeira comercial, que deve ser acessível e tratado com clareza, conforme “As instituições financeiras devem ser incentivadas a capacitar seu pessoal em educação financeira e desenvolver códigos de conduta para o aconselhamento geral sobre investimentos e empréstimos” (OECD, 2005)

C. Educação financeira para poupança de aposentadoria: “deve ser promovido o fornecimento, por parte das instituições financeiras, de informação e educação

financeira adequada para a gestão de sua poupança e renda da aposentadoria futura” (OECD, 2005)

D. Programas de educação financeira: os programas de educação financeira devem visar o consumidor a entender e filtrar informações com todas as suas vantagens e desvantagens, com apoio da economia comportamental; e deve-se considerar todas as possibilidades individuais, com aconselhamento financeiro personalizado. Além disso, para os programas que demandam o uso de salas de aula, “deve-se promover treinamento e capacitação dos educadores”. (OECD, 2005)

No documento atualizado de Recomendação do Conselho sobre Instrumentos Jurídicos da OCDE Alfabetização Financeiro, são incluídos dados recentes importantes, pesquisas e influências mundiais e locais emergentes, “como as implicações do COVID-19, a digitalização das finanças (com referência aos princípios de alto nível do G20 sobre inclusão financeira digital), bem como riscos e oportunidades ambientais, econômicos e sociais” com a justificativa de devolver habilidades específicas já que as decisões estão cada vez mais complexas. (OECD, 2020)

De acordo com a OCDE (2020) a alfabetização financeira tornou-se uma questão política prioritária de longo prazo em muitos países e economias, declarada como um elemento significativo para a conduta de mercado, regulamentação prudencial e inclusão financeira. O documento da Recomendação define alfabetização financeira como: “uma combinação de consciência, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos financeiros necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual” (OCDE, 2020). Após essa definição, são enumeradas Estratégias Nacionais para alfabetização financeira. Em síntese, essas estratégias devem envolver a legislação, prosperidade econômica e social, proteção ao consumidor financeiro, identificar partes interessadas, incorporar ferramentas para medir o progresso e buscar sempre melhorias (OCDE, 2020).

Para implementar estratégias nacionais devem ser consideradas todas as diferenças nacionais, regionais e locais. Aqui, deve-se destacar o item 8, que chama atenção para atender as necessidades de grupos específicos: mulheres, micro e pequenos empresários, migrantes e refugiados, as gerações mais velhas e demais grupos vulneráveis.

Sendo assim, a Recomendação sobre Alfabetização Financeira adotada pelo Conselho da OCDE (atualizada em 2020) apresenta um documento único sobre alfabetização financeira para ajudar governos a executar e ponderar políticas de alfabetização financeira. Esse trabalho se justifica pela mudança do acesso ao financiamento, alterando o cenário financeiro, bem como o envelhecimento da população, pandemia COVID-2019 entre outros; o que resulta na demanda por famílias cada vez mais preparadas para assumir a responsabilidade por seu bem-estar financeiro, o que implica na imposição de gerir as finanças pessoais de maneira apropriada (OCDE, 2020).

Por último, segundo Pereira, Cavalcante, Crocco (2019) o conceito de capacitação financeira convencional é descrito como um indicador de conhecimento prático, habilidade e atitude para lidar com decisões que promovam o bem-estar financeiro. Portanto, espera-se, segundo tal perspectiva, que uma pessoa capacitada financeiramente esteja em condições não apenas de absorver, comunicar e analisar temas de finanças pessoais, mas também de tomar decisões financeiras que contribuam para ganhos de bem-estar financeiro. Contudo, o conceito de capacitação financeira será utilizado aqui de forma diferente, pois ainda de acordo com Pereira, Cavalcante, Crocco (2019), tal conceito precisa abranger o ambiente social, econômico, financeiro e jurídico no qual este indivíduo está inserido, que pode ser restritivo ou inadequado.

3. Propósito do modelo ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira)

É importante pontuar quais ações já foram feitas em favor da Educação Financeira no Brasil. De acordo com Forte et al. (2020) a ENEF foi instituída oficialmente em 2010, tendo como meta promover educação financeira para toda a população, através da união de agentes de diversos setores. O órgão de comando da ENEF, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), um ano após sua criação, firmou o Plano Diretor da Estratégia, contendo os programas e ações planejadas para seu desenvolvimento e divulgou o nome das entidades escolhidas para representar a sociedade civil na constituição desse comitê, predominantemente composto pelos órgãos reguladores do mercado financeiro. No ano de 2012, instituições representantes do mercado financeiro elaboraram a Associação Brasileira de Educação Financeira (AEF-Brasil), executora das ações transversais da ENEF, que teve maior destaque por meio da captação de recursos com o setor privado e a parceria com uma série de empresas e organizações brasileiras e multinacionais.

Em 2017, a AEF-Brasil legitimou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a inclusão da Educação Financeira entre os temas transversais que devem entrar nos currículos das escolas brasileiras nos próximos anos, tornando-se um conhecimento essencial e obrigatório nas redes de ensino pública e privada, urbana e rural (FORTE et al., 2020, p. 29). Em abril de 2019 o CONEF foi extinto, mas permaneceu a Estratégia Nacional de Educação Financeira como política pública legítima.

A proposta da ENEF (FORTE et al., 2020) é que a educação financeira seja inserida de forma transversal em disciplinas que não só envolvem a matemática, para que o aluno seja capaz de ler e compreender problemas no dia a dia com autonomia. Nesse projeto, a educação financeira não se trata apenas de reunir um conjunto de saberes puramente precisos de matemática, e sim está apoiada em áreas distintas, como a Economia Comportamental. Foram desenvolvidos e executados pela AEF-Brasil quatro grandes projetos:

PROJETO 1- EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS:

O Programa de Educação Financeira nas Escolas de Ensino Médio e Ensino Fundamental, projetado como modelo pedagógico, foi concluído com uma coleção de livros para os 12 anos da educação básica, que oferecem ao aluno e ao professor atividades educativas para trazer esse tema ao cotidiano escolar. O modelo pedagógico e o conteúdo foram concebidos tendo como base o documento “Orientação para Educação Financeira nas Escolas” (2017). Esse documento estabelece e indica a forma de alinhamento da educação financeira e de seus conteúdos formais ao currículo da Educação Básica, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seus instrumentos normativos (FORTE et al., 2020, p. 34).

Ainda de acordo com Forte et al., 2020, p. 35: “Tanto o modelo pedagógico quanto a coleção desenvolvida colocam o aluno como protagonista de sua história”; com isso, evidencia-se como alunos protagonistas são os principais personagens do processo de ensino e aprendizagem, o que consiste em maior criatividade e constante prontidão e evolução para resolver os problemas que surgem durante toda a vida, o que virá a ser objeto de discussão mais à frente.

PROJETO 2- EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ADULTOS EM VULNERABILIDADE ECONÔMICA:

Abordar a educação financeira com a população adulta é mais complexo e trabalhoso quando comparado às crianças e jovens. Isso ocorre pois, segundo Forte et al. (2020), crianças e jovens estão vinculados à escola e em um processo de formação cognitiva sobre sua visão de mundo, enquanto adultos em vulnerabilidade não estão institucionalizados e têm visões já construídas e até mesmo enraizadas. Nesse ponto, cabe chamar atenção para o público-alvo da ENEF: as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e os aposentados com até dois salários mínimos em situação de vulnerabilidade. De acordo com Forte et al. (2020, p. 47) “o Programa Bolsa Família chegou a 14.283 milhões de famílias em todo o país no mês de julho de 2020, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Do total, mais de 90% das pessoas inscritas no programa são mulheres”. Esse dado mostra o destaque do papel da mulher na administração orçamentária da família; e essa população enfrenta problemas em sua inclusão no mercado de trabalho, intensificados pela baixa escolaridade.

No projeto da ENEF foram identificadas quatro personas para o público das mulheres beneficiárias, admitindo o reconhecimento ou não do sonho e a inércia e o movimento diante de situações específicas. Para o público dos aposentados, também foram apontadas quatro personas. O objetivo seria detectar perfis comportamentais e perceber quais seriam os obstáculos a serem enfrentados. Nesse aspecto, Forte et al. (2020, p. 49) citam dados importantes:

A tendência global é que a população de idosos aumente cada vez mais. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o número global de pessoas idosas – com 60 ou mais anos de idade – está projetado para aumentar de 962 milhões em 2017 para 1,4 bilhão em 2030 e 2,1 bilhões em 2050, em todas as regiões do mundo, exceto a África. Entretanto, no Brasil, identifica-se que os aposentados têm contraído muitas dívidas, sobretudo pelo mau uso do crédito consignado. Esse grupo também encontra dificuldade em lidar com burocracias e com frequência é solicitado por familiares para que tome empréstimos pelo fato de ter uma renda fixa. Em muitos casos, toda essa situação leva ao superendividamento dos aposentados de baixa renda e esse é o principal ponto a ser combatido pela disseminação da educação financeira junto a esse público.

Nesse sentido, o propósito foi o de produzir tecnologias sociais e educacionais para esses públicos, para se tornar mais próxima da realidade dessas pessoas. Essas tecnologias e metodologias estão disponibilizadas de forma gratuita para toda a sociedade civil, sobretudo ao se levar em consideração a estimativa de 35 milhões de aposentados e 19 milhões de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no Brasil em 2020 (FORTE et al., 2020, p. 51).

PROJETO 3 – SEMANA ENEF

A Semana Nacional de Educação Financeira – Semana ENEF – é uma iniciativa para “popularizar e disseminar a educação financeira no país, em distintos públicos e regiões e com diferentes atores, das iniciativas privada e pública com a participação da AEF-Brasil desde sua primeira edição em 2014, tanto na realização de eventos e nas ações de divulgação em mídias externas” (FORTE et al., 2020, p. 54) realizadas anualmente. Sendo assim, tem como objetivo democratizar o acesso à informação.

PROJETO 4- SELO ENEF E MAPEAMENTO NACIONAL DAS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Os projetos de Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira e o Selo ENEF são apresentados para cumprir objetivos gerais, como forma de se reconhecer os esforços daqueles que realizaram iniciativas, além de incentivar a

promoção de novas ações. Isso é essencial para desempenhar análises comparativas e gerar indicadores. O Selo ENEF, por sua vez, reconhece os projetos que estão de acordo com os propósitos da ENEF, colocando-os em evidência.

No mapeamento realizado pela ENEF em 2018, foram identificadas 1.383 iniciativas; dessas, as 437 consideradas elegíveis para o Selo ENEF foram convidadas a participar do processo para concessão (FORTE et al., 2020, p. 54). As especificidades dessas iniciativas são variadas, com diferentes instituições responsáveis por abordar assuntos distintos, executadas presencialmente ou online; em escolas, universidades ou mesmo em ambientes privados. O público-alvo é composto principalmente pela comunidade escolar (alunos de escola pública); mas também foram implementadas voltadas para jovens e adultos, universitários, prestadores de serviços à sociedade tanto acadêmica quanto externa, terceira idade, comunidades indígenas e interessados no geral. Ainda, o documento apresenta os números alcançados, que envolveram: os adultos, com cerca de 218 mil adultos impactados, oficinas presenciais, 2.000 técnicos e assistentes sociais capacitados; e a comunidade escolar, com 7.500 escolas impactadas, 25 mil professores e técnicos capacitados, 703 mil estudantes atingidos e 30 mil pais impactados. (FORTE et al., 2020, p. 57).

Dessa forma, esses quatro projetos foram aqui mencionados para se buscar compreender as principais conquistas da AEF-Brasil e como isso foi realizado para inserir a educação financeira como tema transversal na nova Base Nacional Comum Curricular, sobretudo de forma a apontar os materiais didáticos desenvolvidos para alunos e professores. Assim, o aspecto a se tratar no próximo capítulo consiste na reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular.

4. Novo Ensino Médio e BNCC

O Novo Ensino Médio fundamenta-se na Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, aumentando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022). Essa política definiu uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. É explicado que essa mudança tem como propósito garantir “a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade” (BRASIL, 2018).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento “de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017). A carga horária da BNCC deve ter até 1800, a carga horária restante deverá ser destinada aos itinerários formativos, espaço de escolha dos estudantes. Assim, se trata de uma ferramenta obrigatória para elaboração dos currículos escolares para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil. Conforme é esclarecido pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2017), os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio. Dessa maneira, os alunos poderão se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. Além disso, as escolas terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão oferecer, considerando um método que abrace e envolva toda a comunidade escolar.

No decorrer de toda a Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem garantir ao aluno o desenvolvimento de dez competências gerais. Na BNCC, competência é definida “como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017). Dessa forma, os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser incorporada de acordo com as características regionais e locais daquela população.

Nesse sentido, a BNCC propõe que o desenvolvimento dessas competências implica que os alunos devem constituir conhecimentos, habilidades, atitudes e valores e, para além disso, do que devem “saber fazer”, o que inclui a aplicação desses conhecimentos para aplicá-los nas demandas da vida real, exercendo cidadania; ou seja, promover ações que proporcionem as aprendizagens que foram definidas na BNCC (BRASIL, 2017).

A BNCC reconhece a enorme desigualdade social como sendo um problema que afeta grande parte da população brasileira, bem como as diferenças culturais existentes entre as regiões e, por isso, a necessidade de adaptação dos currículos pedagógicos conforme “cada necessidade linguística, étnica e cultural para estabelecer a igualdade educacional” (BRASIL, 2017). Ainda no aspecto da desigualdade, é apontado o desafio da evasão escolar, que ocorre quando o aluno deixa de frequentar as aulas, se desligando do ano letivo, o que configura a naturalização das desigualdades educacionais em relação ao acesso e permanência na escola.

Por fim, conforme mostra o Quadro 1, pode-se perceber as dez competências gerais que, conforme apresentadas, explicitam e direcionam para a transdisciplinaridade existente em todas as áreas do conhecimento e também etapas da educação. Uma vez explicado o que é a BNCC, no próximo capítulo, será apresentado especificamente como a educação financeira é abordada na BNCC.

Quadro 1- COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO BNCC

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (2017, p.09). Elaboração própria.

As competências expostas no Quadro 1 mostram o processo da educação multidisciplinar e que aprofunda ensinamentos já apresentados aos alunos, buscando uma continuidade nas experiências, com possibilidades de expandir as potencialidades individuais e coletivas dos estudantes; o que será questionado

posteriormente já que tal documento não garante a qualidade da educação de maneira igual para todos os cidadãos.

4.1 Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): como é abordada?

O aspecto a ser tratado neste item consiste em analisar como o tema da educação financeira é apresentado na BNCC, tendo em vista que se tornou um conhecimento prescrito na formação dos estudantes. Como foi mencionado no item 2, o Ministério da Educação (MEC) tornou obrigatório o ensino de educação financeira nas escolas e, a partir disso, as instituições de ensino devem atender a essas novas diretrizes da BNCC. Essa resolução consiste em fazer com que a educação financeira seja um dos temas a serem desenvolvidos dentro da disciplina de Matemática, e não em um único item isolado a ser estudado. (BRASIL, 2017)

4.1.1 Ensino Fundamental

Ainda usando como referencial teórico o documento oficial da BNCC (BRASIL, 2017), ao definir os conteúdos a serem aprofundados na matemática sobre a educação financeira estão os assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. São propostos conteúdos de economia e finanças e é sugerido um desenvolvimento de um projeto com a base curricular da História de forma interdisciplinar. Contudo, ao verificar mais para frente a Base de História, não é feita menção explícita ao tema da educação financeira.

Também são enumeradas competências específicas que devem ser garantidas dentro do componente curricular de Matemática nessa etapa de ensino. Conforme é exibido no Quadro 2, espera-se que o aluno desenvolva o raciocínio lógico, empregando os conhecimentos matemáticos para compreender o mundo e resolver problemas. Essa área do conhecimento é vista pela BNCC (BRASIL 2017) sempre sob a ótica do desenvolvimento de competências que englobam o raciocínio, representação, comunicação e argumentação.

A BNCC (BRASIL 2017) propõe cinco unidades temáticas, correlacionadas, que orientam a formulação de habilidades a serem desenvolvidas ao longo do

Ensino Fundamental, e a educação financeira está inserida na unidade temática Números. Essa unidade inclui a construção de noção de número, significado das operações, resolução, avaliação dos resultados encontrados, diferentes estratégias para obter esses resultados, cálculo mental, algoritmos, uso de calculadoras, cálculo de porcentagem, juros, descontos e acréscimos, incluindo o uso de tecnologias digitais entre outros. Apesar de ser tida como um tema interdisciplinar, a Educação financeira só é incluída precisamente na área da Matemática, aparecendo para ser incorporada dentro de um “contexto” sempre vinculado a conteúdos próprios da matemática financeira, como é o caso da porcentagem e cálculo de juros.

Quadro 2- COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE MATEMÁTICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
SEGUNDO BNCC

<p>1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.</p>
<p>2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.</p>
<p>3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.</p>
<p>4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.</p>
<p>5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.</p>
<p>6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).</p>
<p>7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>
<p>8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.</p>

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 267). Elaboração própria.

4.1.2 Ensino Médio

A área de Matemática e suas Tecnologias na etapa do Ensino Médio (BRASIL, 2017) é vista como um aprofundamento daquilo que já foi visto no Ensino Fundamental, com foco em construir uma visão integrada da Matemática e aplicá-la à realidade, em variados contextos. O documento da BNCC (BRASIL 2017) sempre coloca como prioridade levar em consideração o cotidiano dos estudantes, bem como o impacto das mídias sociais e tecnologias, demandas do mercado de trabalho, usar como recurso tecnologias digitais e aplicativos para dar continuidade àquilo que foi iniciado na fase anterior. Também é exposto que os alunos devem desenvolver competências específicas, conforme o Quadro 3. Relacionadas a cada uma delas, são indicadas, posteriormente, habilidades a serem alcançadas nesta etapa. Além disso, as competências não têm uma ordem preestabelecida pois estão sempre conectadas (BRASIL, 2017).

Quadro 3- COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO MÉDIO SEGUNDO BNCC

1. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, das questões socioeconômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a contribuir para uma formação geral.
2. Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.
3. Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente.
4. Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas.
5. Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando estratégias e recursos, como observação de padrões, experimentações e diferentes tecnologias, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 531). Elaboração própria.

Cada uma das cinco competências objetiva desenvolver habilidades, que também são enumeradas no documento. Após a exposição das habilidades de cada uma das cinco competências, são propostas possibilidades de organização curricular das aprendizagens propostas na BNCC, semelhante à etapa do ensino fundamental. Não é mencionado especificamente o termo educação financeira nas Bases de outras áreas do conhecimento, o que contradiz o princípio de transversalidade. Além disso, Matemática financeira é uma área que aplica os conhecimentos matemáticos à análise de dados financeiros, o que não é suficiente, tendo em vista que o tema Educação Financeira está associado à construção do comportamento do cidadão em relação às suas finanças, que devem visar o bem-estar financeiro e auxiliar nas suas decisões; e por isso tem um significado muito mais amplo. Diante disso, algumas questões podem ser levantadas, que serão formuladas em seguida.

5. Análise crítica: abordagem convencional, conflito de interesse, protagonismo juvenil

Pereira, Cavalcante, Crocco (2019) denominam “abordagem convencional de educação financeira” aquilo que já vem sendo realizado através de políticas públicas nacionais e universais, e identificam três características comumente assumidas: primeiro, existe um panorama geral de baixa alfabetização financeira na sociedade contemporânea, que afetam principalmente mulheres, idosos, pobres, pouco educados e negro; segundo, tal baixa alfabetização parece estar estatisticamente relacionada a comportamentos financeiros com perfis de não poupar, não usar os melhores produtos e serviços financeiros bem como não acumular patrimônio e; terceiro, a hipótese de que a educação financeira promove diretamente a alfabetização e capacitação financeira e como resultado ganhos de bem-estar financeiro, estabilizando o próprio mercado financeiro.

O que é questionado são as limitações dessas iniciativas financeiras, que pouco atingem as pessoas, pois “o pressuposto teórico por trás desta lógica é que as pessoas se comportam prioritariamente com base em conhecimentos e informações racionais, em prol do bem-estar financeiro” (PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019, p. 545). Portanto, assume que as pessoas são totalmente racionais na tomada de decisão e que a educação financeira irá transferir conhecimento, logo também irá promover capacitação financeira; o que é um equívoco.

O projeto convencional de educação e capacitação financeira vem recebendo críticas de diversos autores. Dentre esses, Pereira, Cavalcante, Crocco (2019) irão destacar autores denominados institucionalistas, que assumiram resultados de estudos comportamentais para criticar a suposição convencional de que as decisões humanas são essencialmente racionais, lógicas e com bom uso de informações dadas. Segundo Pereira, Cavalcante, Crocco (2019), pesquisas empíricas behavioristas direcionam a presença de vieses que podem gerar decisões que contrariam essa suposição. Pereira, Cavalcante, Crocco (2019) colocam como exemplo a procrastinação, ponto de referência, aversão a perdas, contabilidade mental, aversão ao arrependimento, sobrecarga de informação, otimismo e

autoconfiança que influenciam as decisões pessoais que muitas vezes não são cuidadosamente racionalizadas (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979; MEZA; IRLBUSCH; REYNIERS, 2008; TEIXEIRA; TABAK; CAJUEIRO, 2015 apud PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019).

Observa-se que as pessoas estão progressivamente mais vulneráveis quando se trata de suas decisões financeiras, que estão se tornando mais complexas e, ainda de acordo com Pereira, Cavalcante, Crocco (2019), especialmente ao se considerar o contexto de decadência das instituições do Estado de bem-estar social, assim como da legislação trabalhista e previdenciária, cujo ápice se deu nos países desenvolvidos no período 1945-75. Como resultado, famílias cada vez mais frágeis financeiramente, sem acesso a serviços de saúde e educação. Outro ponto destacado é que essa instabilidade de renda familiar não pode ser atenuada pelo acesso fácil a bens e serviços financeiros privados (seguros, fundos de investimento e planos previdenciários); muitas vezes, o que ocorre é o contrário. (PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019).

O último aspecto verificado por Pereira, Cavalcante, Crocco (2019) é o de conflito de interesse em que, no sistema capitalista, empresas e instituições financeiras querem vender e incentivar a cultura de consumo sempre visando o lucro. Dessa maneira, a combinação de conflito de interesses e desequilíbrio de forças permite que as empresas e instituições explorem os vieses comportamentais com o intuito de atingir ganhos de mercado, o que conseqüentemente irá comprometer o bem-estar das pessoas que consomem desse mercado. O próximo ponto a ser discutido será a questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro. Como já mencionado, a BNCC articula o desenvolvimento de competências e habilidades sempre visando o protagonismo juvenil como forma de fixar toda responsabilidade no indivíduo. Contudo, essa expressão “protagonismo juvenil” coloca a flexibilidade como um ponto positivo, mas que pode simbolizar na prática, a precarização dos arranjos curriculares que agora são voltados para a escolha do próprio estudante.

Em torno dessa versão da BNCC, três pontos serão problematizados por Silva (2022): primeiro, se os itinerários formativos de fato promovem a formulação de currículos adequados e inovadores; segundo, até que ponto a atribuição aos jovens como agentes centrais do seu futuro é protagonismo ou, na verdade, apenas

responsabilização individual, tendo em vista que a capacidade de escolha dos estudantes não ocorre de forma natural e sim precisa de instruções muito bem constituídas pedagogicamente. O terceiro será como essa flexibilização dos currículos corrobora na decadência da formação juvenil. Desse modo, ao assinalar o protagonismo juvenil como um princípio curricular e a educação compreendida como um processo para formação humana, é fundamental, segundo Silva (2022) contestar esse discurso; sobretudo sob o contexto neoliberal, como também influências ideológicas em favor do capitalismo.

Novaes (2019), ao refletir sobre as possibilidade de trajetórias juvenis, irá discutir sobre os sentimentos e escolhas dos jovens de hoje, principalmente levando em consideração a presença das novas Tecnologias de Comunicação e Informação e processos de exclusão juvenil. Nesse aspecto, também irá introduzir a discussão de como as práticas virtuais evidenciam espaços de expressão das contradições da sociedade e de confrontos na reprodução de valores. O principal ponto levantado e do nosso interesse será em como a internet pode servir para exacerbar o consumo e o individualismo; mas, ao mesmo tempo, é destacado por Novaes (2019) a necessidade de cautela com generalizações, ao reproduzir frases prontas como “os jovens de hoje são mais individualistas, consumistas” ou “os jovens de hoje são mais livres e criativos”. Ambas as frases consistem na tentativa de propagar informações que criticam ou aprovam comportamentos quando na verdade escondem interesses próprios. Ainda de acordo com Novaes (2019), sob a ótica de políticas públicas voltadas a esse público juvenil, supor que “os jovens de hoje” sejam mais críticos e mais acessíveis, ou mais desinteressados e individualistas, pode resultar concepções idealistas de políticas destinadas a esse público.

Novaes ainda defende que, esse desafio de encontrar meios adequados que certifiquem a integração dos jovens na esfera das políticas públicas de juventude se dá pelo não reconhecimento das ambiguidades desse grupo, o que resulta na ineficácia do Estatuto da Juventude. Por fim, se os jovens são vistos apenas como “seres incompletos”, em formação, a ideia de participação tem sido substituída por metodologias de incentivo ao “protagonismo juvenil” que, detém caráter pedagógico restrito e exclui os jovens em processos de formular, articular, aderir e avaliar ações voltadas para a juventude.

Conforme Silva, (2015, p. 51) “no protagonismo juvenil prega-se autonomia e responsabilidade dos jovens perante a sua formação, ou seja, a capacidade dos jovens serem os empreendedores deles mesmos”. O Novo Ensino Médio prega a educação como uma ferramenta de expandir habilidades em harmonia com as demandas do mercado, engrandecendo a educação “para além dos muros da escola”, estimulando para a educação informal e cursos técnicos que atendem o mercado. Silva entende como esse discurso direciona os indivíduos a adquirirem suas próprias competências através do mérito e auto-responsabilidade.

Ainda nessa linha de raciocínio, Silva (2015) irá atentar-se ao fato de que os sujeitos da participação (os jovens) terão que se adaptar a esse mercado de trabalho ou desemprego, aceitando de forma consensual aquilo instruído (ou imposto) pelas classes dominantes, com processos educacionais que não escapam a esta estrutura, com circunstâncias produtivas alienantes ainda predominantes justificadas pelo “mérito” e auto-responsabilidade.

No ponto específico da construção das competências, Soares e Abreu (2022) irão questionar a pedagogia das competências (capacidade de instigar recursos cognitivos, afetivos e sociais para resolver problemas) de forma a debater em até que ponto é possível padronizar o tipo de competência a ser construída e a faixa etária em que deve ser construída. Observa-se que, na BNCC, existe uma proximidade da visão de mercadorização do ensino, conduzindo a educação como um produto a ser comercializado, e não um direito conquistado, conforme preconiza e garante a Constituição de 1988. Soares e Abreu (2022) continuam a análise também das habilidades enunciadas na BNCC, contextualizando com o cenário de desigualdade social no Brasil e sua diversidade cultural, com lógicas de ensino firmadas sob valores muito contrastivos, indagando sobre padronizações que resultam em generalizações rasas. Além disso, a ideia de fixar o aluno como sujeito ativo pode até parecer nobre, mas admitir que o jovem escolhe voluntariamente sua formação acadêmica e profissional não condiz com a realidade brasileira; com os mais pobres não possuindo real poder de escolha.

Dessa forma, Soares e Abreu (2022), ainda sinalizam a falta de possibilidade de aprofundamento acadêmico– inserção na Universidade– após o ensino médio, dando lugar ao ingresso no mercado de trabalho, afastando os pobres do ensino superior. Continuam sua crítica ao traçar a tendência capitalista de propor para as

possibilidades de um sistema educativo mais igualitário, sem se comprometer com mudanças de fato expressivas.

Kahneman (2011) descreve o funcionamento da mente como uma interação entre dois sistemas fictícios: sistema 1 e sistema 2. O sistema 1 é o ponto central da tentativa de compreender a tomada de decisão dos agentes e os erros que a envolvem. Enquanto o sistema 1 opera de forma automática e rápida, demonstrando pouco controle voluntário, o sistema 2 está relacionado às atividades mentais complexas e que exige maior concentração. Segundo Kahneman (2011), o sistema 1 funciona automaticamente, gerando sugestões para o sistema 2 (impressões, sentimentos, intuições); e o sistema 2 estaria acomodado com pouco esforço. O sistema 1 seria responsável por grande parte do que fazemos errado, porém também seria a origem de grande parte do que fazemos corretamente. Dessa forma, de acordo com Kahneman (2011) podemos sofrer com devaneios cognitivos, já que os indivíduos geralmente acreditam em suas impressões e desejos e cedem ao incentivo do sistema 1, resultando em erros de pensamento intuitivo. Kahneman (2011) demonstra quando podemos ou não confiar na intuição, de forma a esclarecer a tomada de decisão nos negócios e vida pessoal, para proteger-se de possíveis falhas mentais que muitas vezes colocam as pessoas em uma situação de inadimplência.

6. Considerações finais

Reconhece-se que o debate da idealização dos currículos escolares constitui uma pauta ininterrupta, o que implica a constante formulação de políticas públicas por meio das instituições que são responsáveis pela educação no país, o que deve ser bem-sucedido e bem formulado, tendo em vista que o currículo está intimamente associado na construção da formação do cidadão. Para formular políticas públicas que visam o conhecimento pleno de Economia e Finanças, primeiramente é necessário entender como estão os currículos pedagógicos do ensino fundamental e médio, tendo em vista que todas as áreas do conhecimento estão relacionadas.

O presente trabalho elucidou, através de documentos oficiais e Estratégias Nacionais promovidos pelos agentes responsáveis pela educação no Brasil, o que parcialmente já foi feito em prol do ensino financeiro no país. A Associação Brasileira de Educação Financeira (AEF-Brasil) se tornou responsável no desenvolvimento de ações voltadas para promover a educação financeira, legitimando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a inclusão da Educação Financeira entre os temas transversais que devem entrar nos currículos das escolas brasileiras. Uma vez entendido a BNCC, também foi visto como a temática da formação financeira foi abordada em todas as etapas do ensino.

A partir da própria definição de educação financeira feita pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entende-se que essa aprendizagem engloba todos os cidadãos, de forma a elevar a compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros através da instrução correta, que começa na escola; visando melhorar seu bem-estar financeiro. Dessa forma, pretendeu-se demonstrar nesta análise que a educação financeira vai além de números e controle de gastos, sendo fundamental contextualizar de acordo com a realidade do Brasil, principalmente dos estudantes de escola pública. Nesse sentido, foi demonstrado que a pluralidade cultural e desigualdade de renda no país passam a ser quase que ignoradas, resultando em um processo que irá formar muitos “jovens protagonistas”, que irão variar de acordo com a renda e condição socioeconômica do aluno.

Lido por uma primeira vez, o texto da BNCC pode até levar a pensar que tudo faz sentido e não parece controverso, já que é abarrotada por frases como “direito à liberdade de consciência e de crença”, alusões ao “combate a intolerância, a

discriminação e a exclusão”, “protagonismo juvenil”, “corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro” etc. No entanto, o trabalho contrapõe alguns desses princípios, que não se realizam na prática. Colocar a responsabilidade de educar-se financeiramente no jovem e nas famílias, muitas vezes irá gerar frustração.

Ainda assim, existe muito material a disposição e que pode ser acessado por qualquer pessoa. No próprio site da ENEF Vida e Dinheiro estão disponíveis materiais didáticos, vídeos, artigos, jogos; tanto para alunos quanto para professores e adultos. Esses são excelentes materiais que podem e devem sim ser trabalhados. Como exemplo, podemos citar o curso disponibilizado no site em 2021 que teve como público-alvo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e Cidadãos, com uma série de três livros em que cada livro corresponde a um curso. O curso 1 teve como destaque o objetivo de fazer com que o leitor saiba a importância de fazer um diagnóstico da atual situação financeira das personagens para comparar com a própria realidade; o curso 2 aborda como aumentar a receita da família e economizar nas despesas pessoais e destaca o ato de poupar e o curso 3 trouxe temas como serviços financeiros utilizados pelos consumidores (conta-corrente, cheque especial, cartão de crédito, crédito direto ao consumidor, empréstimo consignado) e direitos conforme Código de Defesa do Consumidor, além de assuntos como portabilidade do salário, venda casada, fidelização e anuidade foram expostos no curso da Secretaria Nacional do Consumidor, trazendo o conhecimento sobre matemática aplicada à vida real, com exemplos concretos. Dessa forma, todo esse conteúdo é de extremo interesse para se efetivar o propósito da educação financeira.

Duas questões podem servir de base para possíveis pesquisas futuras. A primeira consiste justamente no conflito de interesses, ou seja, em interpretar a quem realmente interessa essas mudanças, pois este tipo de reforma é conveniente, especialmente a quem busca subordinar a educação em harmonia com os processos de desenvolvimento econômico: ao mercado e ao sucesso e desenvolvimento pessoal. Nessa situação de conflito de interesse, podemos receber informações enviesadas, distorcidas ou mesmo incorretas. O segundo ponto consiste nos estudos realizados por Kahneman (2011) que explicam duas formas de pensar: uma é rápida, intuitiva e emocional; a outra, mais lenta, deliberativa e lógica.

Kahneman expõe as capacidades do pensamento rápido e revela a influência das impressões intuitivas nas nossas decisões.

Por isso, esse estudo demanda uma maior investigação sobre quais aspectos influenciam diretamente na tomada de decisão financeira, já que somos indivíduos inseridos em uma sociedade que estimula fortemente o consumo: os vieses comportamentais nos levam a comprar itens que não precisamos, e isso se dá por diversos fatores e, por isso, não agimos de forma sempre racional ao tomar decisões. Esse tema deve ser visto por meio de uma óptica multidisciplinar, trazendo conceitos da psicologia, sociologia, marketing, economia entre outros, a fim de compreender as preferências do consumidor e prever comportamentos frente a estímulos.

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Programa de educação financeira para consumidores: planejar para realizar sonhos**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Escola Nacional de Defesa do Consumidor. **Programa de educação financeira para consumidores: dominando emoções e criando novos hábitos**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Programa de educação financeira para consumidores: inteligência financeira, saia do sufoco**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20746-organizacao-para-a-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde#footer>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio - perguntas e respostas**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

FORTE, C. et al. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)**: em busca de um Brasil melhor. São Paulo: Riemma Editora, 2020.

KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva LTDA, 2011.

Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

NOVAES, R. O campo das políticas públicas de juventude: processos, conquistas e limites. In: MONTECHIARE, R.; MEDINA, G. (orgs.). **Juventude e educação: identidades e direitos**. São Paulo: Flacso, 2019. p. 6-18.

OCDE. **Recomendação do Conselho de Alfabetização Financeira**, OECD/LEGAL/0461, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/anaca/Downloads/3fa1d4e1-e147-46f4-83bc-d9d6615e066d.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**, 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

PEREIRA, F. B., CAVALCANTE, A., CROCCO, M. Um plano nacional de capacitação financeira: o caso brasileiro*. **Econ. Soc.** [online], Campinas, v. 28, n. 2,

maio/ago.2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ecos/a/7dmpbx8YhLdbQ5bBRf45PLd/?lang=pt&format=pdf>.
 Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

PEREIRA, F. B. **Notas de um plano nacional de capacitação financeira**. 2015. 162 f. Tese (Doutorado em Economia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional e Urbano da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, MG, 2015.

SERASA. Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil. **Serasa Limpa Nome**, 2022. Disponível em:
<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renociao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

SILVA, R. A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/L3YtRDW6FdDzVsXdswMzDHs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

SILVA, W. **Aspectos Críticos Do Protagonismo Juvenil em Antônio Carlos Gomes Da Costa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 2015. Disponível em:
https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18307/1/2015_WesleySantosSilva_tcc.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

SOARES, E; ABREU, R. TECENDO FIOS PARA UMA CRÍTICA SOBRE AS PERSPECTIVAS DA BNCC FRENTE AO ENSINO DE LITERATURAS . **Porto Das Letras**, 8(4), 236–253, 2022. Disponível em:
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/14429>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.